

JUDEUS PORTUENSES NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DOS PORTOS ATLÂNTICOS, NA ÉPOCA MODERNA

Por Adriano Vasco Rodrigues

O estudo dos portos do Atlântico tem despertado nos últimos anos, um grande interesse nos historiadores das áreas económicas que pesquisam as origens do capitalismo moderno.

De que modo participaram os judeus, oriundos da cidade do Porto, na génese desse capitalismo através da sua diáspora pelos portos do Atlântico, especialmente na época dos grandes impérios coloniais?

Até que ponto o económico teve repercussão no social? Até que ponto os judeus foram condicionados e condicionantes no processo histórico, ligados à economia do Brasil, de Angola, das ilhas do Atlântico, em conexão com os mercados europeus das cidades marítimas do norte da Europa e do Mediterrâneo?

Para dar resposta a estas perguntas a maior dificuldade que encontrei residiu na falta de sistematização e índices das fontes históricas portuenses relacionadas com este tema específico. O problema judaico em Portugal tem sido tratado em conexão com a história político-religiosa ou com a etnografia.

Trabalhos globais que visam o contributo português na génese do capitalismo moderno não incluem os judeus coloniais nessa participação. Refiro-me aos mais citados, Bento Carqueja¹, Manuel Nunes Dias², Magalhães Godinho³.

O nosso contributo para o colóquio *O Porto na Época Moderna*, estrutura-se em parcos elementos e por isso mesmo pretende, fundamentalmente, despertar o interesse dos investigadores pelo

¹ *Bento Carqueja* — O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal, 1908.

² *Manuel Nunes Dias* — O capitalismo monárquico português — S. Paulo, 1957.

³ *Magalhães Godinho* — Os descobrimentos e a Economia Mundial.

problema em questão, na esperança de vermos ampliado o campo da pesquisa. Aqui deixamos um apelo e uma esperança nesse sentido.

* * *

A data exacta da chegada dos primeiros mercadores judeus ao Porto não está determinada.

A expansão dos *radaritas* para o interior peninsular e costas atlânticas, resultou da quebra do comércio muçulmano do Mediterrâneo, na sequência das cruzadas do oriente e da Reconquista cristã hispânica, que teve os seus limites históricos em finais do século XV.

Alguns documentos referem a presença de comerciantes judeus no Porto, antes do século XV. Assim, sabe-se que o Rabi-Mor ao tempo de D. Dinis tinha um dos seus sete delegados no Porto, encarregado da comarca de Entre-Douro e Minho⁴.

A sinagoga de Monchique foi construída no estilo de transição do romântico para o gótico, o que prova uma presença judia anterior ao século XV⁵.

Deste século vários documentos falam da comuna judaica do Porto, entre eles um respeitante a uma contribuição pecuniária para uma expedição às Canárias, em 1440⁶.

Já em finais do século, a 25 de Abril de 1499, uma carta régia existente no Gabinete de História da Cidade do Porto⁷ censura os homens da Câmara do Porto por dificultarem um embarque de judeus castelhanos, ordenado pelo Rei. Tratava-se, segundo Damião Peres, de crianças e adolescentes de ambos os sexos, filhos de judeus castelhanos, não autorizados a residir em Portugal para lá do período marcado como em trânsito. Estes jovens foram considerados escravos da Coroa, baptizados à força e enviados para a ilha de S. Tomé, a fim de aumentarem o seu povoamento⁸.

A população hebraica do Porto em finais do século XV seria pequena, no entender de alguns historiadores. O primeiro assento de judeus portuenses teria sido na antiga rua da Sina-

⁴ Ordenações Afonsinas, Liv. II, tit. LXXXI e ainda *J. Mendes dos Remédios*, in *Os Judeus em Portugal*, 1891 e *Alexandre Herculano*, in rev. *Panorama*, 1837.

⁵ *A. Barros Basto* — Os judeus no velho Porto, sep. rev. *Est. Jud.*, p. 73.

⁶ Torre do Tombo, Chanc. de D. Afonso V, livro 2.º, fol. 102 e ainda bibliogr. citada *Hist. da Cidade do Porto*, vol. II, p. 23, Port. Editora, capítulo redig. por *Damião Peres*.

⁷ *Magalhães Basto*, p. 117, cit. por *Damião Peres*, in *Hist. Cidade do Porto*.

⁸ *Damião Peres*, op. cit., vol. II, pp. 24 e 25.

goga, passando depois para a rua Escura e em finais do séc. XIV fixaram-se próximo da muralha ocidental, na Munhata⁹.

Também houve judiarias em Monchique e em Vila Nova de Gaia¹⁰.

Os judeus do Porto dedicaram-se essencialmente ao comércio¹¹. Segundo Barros Basto esse comércio seria feito principalmente com a França¹². Ainda, segundo esse investigador, a judiaria de Vila Nova de Gaia, situada no Alto dos Judeus, era habitada por judeus armadores de barcos, que se dedicavam ao tráfego marítimo. Exportavam sal, frutos secos, peixe, cortiça. Importavam pimenta, incenso, anil, veludos e outras mercadorias vindas do oriente. Mantinham contactos com os seus correligionários do estrangeiro¹³.

Sabemos com segurança do estabelecimento de uma importante comunidade judaica no Porto, em pleno século XV, através do grande historiador dos judeus em Portugal, Mayer Kayserling¹⁴. Esta comunidade fixou-se no tempo de D. João II.

Mendes dos Remédios confirma esta notícia¹⁵.

Kayserling diz que foi o exodo de Espanha, no tempo de D. João II de Portugal, que trouxe esses judeus ao Porto. Escreve:

«Mais ofortunado do que Isac Abravanel, última personalidade de realce entre os judeus hispano-portugueses, foi seu mestre e amigo, D. Isac Aboab, o último gaon de Castela.

Assim que foi divulgado o édito espanhol da expulsão, este rabino idoso, um dos mais dignos discipulos do Rabi Isac Carnpatone, iniciou com trinta dos mais proeminentes judeus do país uma viagem a Portugal, a fim de encetar com o Rei D. João, negociações relativas à transmigração e acolhida dos seus infelizes correligionários.

D. João recebeu amavelmente o venerando e quase cego ancião, estimado pelos soberanos espanhóis atendendo às suas solicitações e oferecendo-lhes condições relativamente vantajosas. Aos hebreus que acompanhavam Aboab indicou a aprazível cidade do Porto para seu estabelecimento e ordenou ao magistrado que lhes fornecesse habitações na rua de S. Miguel, onde também se encontrava a velha sinagoga, que um neto de Aboad diz ainda ter visto na su amocidade; as moradas destes emigrantes espanhóis vinham designadas com um P, a inicial da cidade. Cada

⁹ Maria José Ferro — Os Judeus em Portugal no século XIV, pp. 23 e segs.

¹⁰ J. M. Pereira le Oliveira — O espaço urbano do Porto, pp. 222-232.

¹¹ Barros Basto — Os judeus no velho Porto, sep. cit.

¹² Idem.

¹³ Maria José Ferro — op. cit., p. 112.

¹⁴ Mayer Kayserling — Hist. dos Judeus em Portugal, trad. S. Paulo, 1971.

¹⁵ Mendes dos Remédios — Os judeus em Portugal, p. 266.

um dos refugiados pagaria somente 50 maravedis anuais à municipalidade, devendo encarregar-se do calcetamento da rua.

A gentil acolhida que o rei ofereceu ao velho Aboad trouxeram novas esperanças aos expatriados espanhóis. Todos aqueles que temiam uma longa viagem marítima, ou que por motivos de saúde não a podiam empreender, os que nutriam a esperança de poder, do Porto, mais facilmente visitar a velha pátria e rever os túmulos abandonados de seus pais e irmãos, ou os que só cogitavam de uma estadia temporária para depois continuarem viagem para a África, países europeus ou asiáticos, sentiram-se mais felizes de serem bem acolhidos num país tão próximo da velha terra natal e tão similar na língua e costumes. Mais do que isso não exigiam no momento e mais o Rei não lhes podia prometer»¹⁶.

A judiaria do Porto prosperou. Sabemo-lo pelas *Provas* (...) de Sousa, que informa dos impostos pouco antes da expulsão que rendiam 10 000 reis. Não era das mais ricas mas atendendo às isenções que seus membros beneficiavam, podemos estabelecer confronto com a de Bragança onde se elevavam a 30 000 reis¹⁷.

Segundo uma informação recolhida por Viterbo, D. João II por pressão dos Reis Católicos decretou em 1487 a expulsão dos judeus do Porto¹⁸. Começou então a diáspora e com a perseguição, o nascimento do cripto-judaísmo. Recordemos porém, que mais tarde, meio século depois, a Inquisição entra em Portugal. Os burgueses da cidade reagem contra a intolerância religiosa, pois ela trazia-lhes prejuízos irreparáveis. O Porto era uma cidade mercantil, aberta ao comércio marítimo com o Atlântico Norte.

Em finais do século XVI e durante o século XVII e XVIII encontramos cristãos novos descendentes de portuenses nas Terras de Santa Cruz, em S. Tomé e em Angola. A presença destes na Madeira coincide ainda com o século XV. Em Cabo Verde decorre depois dos meados do século XVI, ligado às conversões forçadas. Nas colónias espanholas da América do Sul intensifica-se a partir do século XVII, em alguns casos a partir do Brasil.

Habitualmente há uma tendência para ligar o judeu exclusivamente à Banca. Léon Polakiov¹⁹, estuda com larga cópia documental este problema e mostra que do século XIII ao XVII ocorreu o período áureo da banca judia, que a seguir decaiu como consequência da Contra-Reforma. Marca o contraste entre

¹⁶ *Mayer Kayserling* — op. cit.

¹⁷ *Sousa* — *Provas*, IV.

¹⁸ *S. Viterbo* — *Elucidário*.

¹⁹ *León Poliakov* — *Les Banchieri juifes et la Saint-Siège du XIII au XVII siècles*, Paris, 1965.

a protecção que recebem dos papas do renascimento, que lhes facilitam o maior período de prosperidade e a reacção operada depois do concílio de Trento, que os vai relegar aos *ghettos* e abolir, depois de 1682, todas as *tolerâncias*. Essa Banca e a protecção que recebia das municipalidades na Itália e em alguns países da Europa, está ligada ao comércio com os ultramares.

É também a partir dos finais do século XVII que começa o declínio dos judeus no tráfego do Atlântico, em empresas privadas, sendo substituídos por empresas régias.

No último quartel do século XVI assistira-se já a uma crise da Banca e do Comércio portuense, que não pode ser alheada das perseguições religiosas e da Inquisição.

A falta de dinheiro traduz-se, por exemplo, na morosidade das obras religiosas da cidade, o que já foi notado num trabalho do Aníbal Barreira ²⁰.

Os procuradores queixavam-se frequentemente da carência de negócios, sobre tudo os marítimos, nos reinados de D. João III, D. Sebastião e dos Filipes.

O convento de S. João Novo levou 97 anos a construir. Lenta foi a edificação da Igreja de S. Bento da Vitória.

Ricardo Jorge dá através das *Origens e desenvolvimento da População do Porto* os índices demográficos. Em 1623 contava com 12 033 habitantes. Infelizmente são discutíveis esses números por carências de investigação, como muito bem acentuou neste Colóquio o Prof. Cândido dos Santos.

*
* *

Ao longo do século XVII o comércio do Porto anima-se com os negócios do Brasil, especialmente através da importação do açúcar, do pau jacarandá, da conçoeira vermelha, do algodão e do couro em cabelo.

Do Porto exportava-se o linho, a estopa, pegos e ferragens, instrumentos agrícolas, azeite, vinho, aguardente, vinagre, cebo, pão e cobre.

*
* *

As fontes principais de que nos podemos servir para estudar a diáspora dos judeus portuenses são os estudos sobre os armadores brasileiros, especialmente os da Baía, os arquivos das Santas

²⁰ *Aníbal Barreira* — O Porto maneirista e barroco, trab. de estágio, no Liceu Normal Garcia de Orta, Porto, inédito.

Casas, os ofícios para o Reino, o inventário de documentos relativos ao Brasil e Angola, os arquivos da Marinha e do Ultramar de Lisboa, publicados no respeitante ao período de 1613-1762 pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o Livro das Cartas Régias; os passaportes; o Livro das Confissões e Denúncias feitas ao Santo Ofício na Baía e em Pernambuco; os vastos materiais sobre a Inquisição existentes em Lisboa.

A Revista de História da Universidade de S. Paulo tem dedicado particular interesse ao problema dos Judeus da Baía, em artigos condensados de teses de licenciatura.

Sónia A. Siqueira²¹ procurou traçar as condições de vida do mercador judeu na colónia, nos séculos XVI e XVII.

Elias Lipinier, apoiado em textos das *confissões e denúncias* (séculos XVI e XVII) refere os processos dos Antunes, dos Lopes, dos Fernandes, de João Nunes e de Bento Teixeira²².

Marieta Alves estuda o comércio marítimo²³ e aponta alguns armadores dos séculos XVII e XVIII. Na relação que nos deu encontramos alguns judeus de origem portuense:

— Um armador da Baía, David Lopes era natural de Guimarães e residira no Porto.

Francisco Borges de Barros presta também informações com interesse²⁴. Mas, como eu já disse, as melhores informações estão contidas nos livros de registo dos irmãos da Santa Casa. Ali se referem as naturalidades e a actividade exercida.

Vejamos alguns:

Manuel Álvares Coelho, financeiro da Baía, Luís Coelho Ferreira e David de Oliveira Lopes, proprietários das corvetas JESUS, MARIA, JOSÉ; S. FRANCISCO XAVIER e ALMA, que despacharam para os portos de Moçambique, segundo informa a licença requerida.

Henrique Rodrigues Barcelos e Miguel Fernandes foram também cristãos-novos oriundos do Porto, como se infere da denúncia de Paulo Serrão, em 23-9-1595.

Um Gabriel Pinto que aparece preso com Luís Gomes, Pero Vieira seria também juizante portuense, vivendo em Terras de Santa Cruz.

Inês de Paiva e Diogo Meireles, marranos, eram oriundos do Porto e dedicavam-se ao comércio.

²¹ Sónia A. Siqueira — A inquisição portuguesa e os confiscos.

²² Elias Lepinier — Os judaizantes nas cipitânicas de cima.

²³ Marieta Alves — O comércio Marítimo.

²⁴ Francisco Borges de Barros — Novos documentos para a história colonial.

O Prof. José Gonçalves Salvado, igualmente investigador ligado à Universidade de S. Paulo, procurou reunir larga cópia de documentos sobre cristãos-novos e comércio no Atlântico Sul²⁵.

O seu livro tem para nós particular interesse no capítulo VIII, que refere o circuito de Angola, capitânicas do sul e Rio da Prata.

Segundo José Gonçalves Salvador, na Península, quem melhor proveito tirou da Expansão Ultramarina foram os judeus. Refere a este propósito o testemunho de um enviado diplomático de Veneza, que visitou a nossa terra em 1506 e dizia que os *marranos formavam a terça parte dos que eram cidadãos e mercadores*.

O Prof. José Salvador traça também um quadro dos barcos que em 1577 saíram do Porto. Refere vários comerciantes portugueses. Há um armador Manuel Afonso de Gaia, cujo antropónimo poderá ligar-se a Vila Nova de Gaia e aos armadores judeus que ali se tinham estabelecido e a que aludimos já.

Diogo Fernandes Tinoco era feitor em Angola e rabino dos judeus naquele território, no século XVII. A presença destes cristãos novos em Angola tem ligações também com o Porto. E caso curioso, os nomes de família judaica, ou mais correctamente de cristãos-novos que referimos, encontram actualmente paralelo na cidade, o que pode não significar uma ascendência comum, mas também pode significar. Há que fazer estudos.

Do Porto eram os judaizantes da Baía, Bento Teixeira, filho de Manuel Alvares de Barros e de Leonor Rodrigues, mudados do Porto para o Brasil, em 1567. O alvará que proibia a saída dos judeus do Reino, segundo Mendes dos Remédios, data de 30 de Junho de 1567. A saída da família Bento Teixeira teria sido feita na clandestinidade. Bento Teixeira foi um dos primeiros a dedicar-se à educação no Brasil. Também foi um dos poucos que após um longo processo conseguiu sair triunfante da Inquisição.

O Prof. Eduardo de Oliveira França, da Universidade de S. Paulo, é autor de um trabalho de muito interesse para o estudo da actividade dos cristãos-novos na Baía colonial²⁶.

Através de um outro estudo sobre a *traição* dos cristãos-novos, Oliveira França despertou-me uma interrogação sobre a extensão da *cabala* judaica e a sua repercussão na economia portuguesa daquele período²⁷.

Que relações havia entre os judeus das Províncias Unidas, os banqueiros da Itália e os cristãos-novos do Brasil e de Por-

²⁵ José Gonçalves Salvador — Os cristãos novos e o comércio do Atlântico Sul.

²⁶ Eduardo de Oliveira França — Engenhos, colonização e cristãos-novos na Baía colonial. (Anais do IV simposium nacional das Assoc. de Profes. de Hist.).

²⁷ Eduardo de Oliveira França — Um problema: a traição dos cristãos-novos em 1624.

tugal? E com os de Angola? E com a acupação holandesa desses territórios ultramarinos? Os cristãos novos do Brasil tornaram-se particularmente suspeitos pelas suas relações com os holandeses.

Em 1618 o Santo Ofício desencadeou uma importante acção repressiva na cidade do Porto.

A *visitação* de 1618 visava além do ataque à ortodoxia, a descoberta entre os cristãos-novos do Porto de conexões com os da Baía e com grupos de judaizantes portugueses estabelecidos na Holanda. Já em 1607 a *carta* do rei Filipe a Diogo Botelho referia os holandeses e «*o comércio e inteligência com os moradores daquelas partes*».

A invasão do Brasil colonial pelos flamengos em 1624 parece comprovar esse entendimento. Por ocasião da rendição da Baía foram os cristãos-novos acusados de traição e conivência.

Quanto à ocupação de Angola pelos holandeses, em pleno período da Restauração, terá havido também essa conivência? Talvez não devamos generalizar esta hipótese, pois os judeus portugueses no exílio foi quem mais apoiou a Restauração e a diplomacia portuguesa, como o provam vários testemunhos documentais e publicações feitas na época. Por outro lado a ocupação holandesa de Angola visava fundamentalmente o recrutamento de mão-de-obra escrava para as plantações e engenhos de açúcar do Brasil. Foi essa a principal razão da guerra aberta pela Companhias das Índias Neerlandesas, numa altura em que na Europa a nossa diplomacia estabelecera a paz com o Parlamento holandês.

Está por fazer o estudo dos *funantes* e *pombeiros* dos sertões de Angola, embora haja bastantes documentos à espera de leitura, nos arquivos de Luanda e nos de Lisboa.

Esboçamos, em linhas gerais, alguns problemas e perguntas sobre a participação dos cristãos-novos e judeus oriundos do Porto, na actividade mercantil dos portos do Atlântico. A história faz-se com documentos e, há, certamente testemunhos que nos esperam e que completarão este modesto contributo, limitado pelo tempo que nos foi imposto.